



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
COORDENADORIA INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – CIED
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA
PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR**

FABÍOLA PEREIRA ALVES

**AS DIFICULDADES E DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM: Pesquisa bibliográfica
com reflexão na educação do campo**

Palmeira dos Índios, 2024.

Fabíola Pereira Alves

AS DIFICULDADES E DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM: Pesquisa bibliográfica
com reflexão na educação do campo.

Artigo científico apresentado como exigência parcial para
a conclusão do Curso de Especialização em Educação
Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do
Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Prof^a. Dra Janayna Souza

Palmeira dos Índios, 2024.

AS DIFICULDADES E DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM: Pesquisa bibliográfica com reflexão na educação do campo

Fabíola Pereira Alves

E-mail: fabiolapereiraalves@gmail.com

Profa. Dra. Janayna Souza

E-mail: janayna.souza@gmail.com

RESUMO

As dificuldades e os distúrbios de aprendizagem são apresentados sob a ótica da educação inclusiva com intuito de desmistificar a ideia de que a inclusão abrange apenas as pessoas com deficiência, o principal objetivo está no estudo sobre as dificuldades de aprendizagem trazendo uma reflexão sobre a educação especial e fundamentação através da diferenciação entre dificuldades e distúrbios de aprendizagem debatendo sobre as peculiaridades, bem como identifica-se a necessidade de construir uma educação do campo que valorize as experiências locais, que priorize os valores sociais, a consciência sobre a preservação ambiental, metodologia de pesquisa de caráter qualitativa foi abordado diferentes artigos acadêmicos, revistas científicas, artigos de internet, compreendendo o processo de aprendizagem como um trabalho diário, realizado de maneira coletiva, sendo de fundamental importância que o professor conheça e compreenda as diferenças existentes na aprendizagem dos alunos, com isso abordar a escola como um local de aprendizado em que todas as crianças, independente do seu desenvolvimento cognitivo possa interagir e aprender, pois a educação é um direito de todos.

PALAVRAS-CHAVE: Distúrbios, dificuldade, aprendizagem e educação.

1 INTRODUÇÃO

Durante a vida escolar passamos por diferentes etapas e cada estudante é um “mundo” a ser descoberto e construído, com seu ritmo de aprendizagem, mas durante esse percurso podem surgir dificuldades nesse processo de aquisição do conhecimento, sendo necessário compreender o motivo pelo qual o aluno está passando por essa problemática, pois muitas vezes a criança é julgada equivocadamente como preguiçosa, desatenciosa, havendo inclusive comparações com outros alunos sobre o desenvolvimento pedagógico, acarretando traumas e uma atitude de preconceito e discriminação.

Dessa forma a escolha do tema vem da observação e vivência em uma escola do campo de difícil acesso no interior pernambucano, no qual apresenta elevado número de alunos com dificuldades de aprendizagem, bem como da própria experiência como aluna de apresentar dificuldades de aprendizagem em alguns períodos da trajetória escolar e dessa maneira a necessidade de compreender as

possíveis causas que interferem no processo de aquisição do conhecimento escolar de diferentes alunos em diferentes faixas etárias e em diferentes etapas.

Assim o presente trabalho busca compreender as dificuldades e os distúrbios de aprendizagem apresentado sob a ótica da educação inclusiva e desmistificar a ideia de que a inclusão abrange apenas as pessoas com deficiência (PCD), uma vez que engloba todos aqueles marginalizados pelo processo educacional, ou seja, aqueles que não se enquadram na perspectiva do aluno “ideal”, confrontando as suas peculiaridades, semelhanças e distinções. Além de esclarecer dúvidas existenciais, confrontando os dados levantados sobre a perspectiva de uma análise bibliográfica.

Vale salientar que ao tentarmos descrever a diferença entre distúrbios e dificuldades de aprendizagem nos deparamos com alguns equívocos na literatura, pois muitas vezes o termo distúrbio de aprendizagem é tratado como sinônimo de dificuldade, causando dúvidas e confusão ao se referenciar a esses temas, isto ocorre, principalmente, pela tradução errônea do termo trazendo ambiguidade (Carvalho; Crenitte; Ciasca, 2007).

Através dessa perspectiva existe muita falta de compreensão com os termos dificuldade, distúrbio e transtorno de aprendizagem que são comumente empregados erroneamente, gerando muita confusão na compreensão e no uso adequado destes termos. Dessa maneira a dificuldade de aprendizagem é algo passageiro e está relacionada a fatores externos a criança, são eles afetivo, socioeconômicos, familiares e escolares, entre tantos outros, muitas vezes desconhecidos dentro do âmbito escolar, gerando empecilhos na compreensão e assimilação de conteúdos por parte dos estudantes afetando diretamente seu processo de escolarização.

Já transtorno é o mesmo que distúrbio de aprendizagem e está relacionado a aspectos neurológicos prejudicando a vida escolar do aluno de forma persistente e afeta os campos da leitura, escrita e da matemática, geralmente é perceptível quando as crianças começam a ser alfabetizadas e nesse processo demonstram déficit significativo do aprender que vai perdurando durante todo o progresso escolar, assim são apresentados: Discalculia, dislexia, disgrafia, disortografia, Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e o Transtorno do processamento auditivo (central). Dessa maneira quando identificado que o aluno apresenta uma dificuldade do aprender persistente deve ser encaminhado para avaliação de equipe multiprofissional e alinhado com estratégia alternativa com intuito de minimizar frustrações.

Dessa maneira as dificuldades de aprendizagem e os transtornos precisam ser identificados compreendendo as características, pois esse tema não é simples e está presente em praticamente todas as salas de aula independente se a escola é pública, particular, rural ou urbana e ocorre confusões que acabam misturando os conceitos e contribuindo para a prática de uma segregação velada daqueles alunos que apresentam ritmos muito diferentes do esperado para faixa etária e série.

Vale ressaltar que o processo de aprendizagem é um trabalho diário, realizado de maneira coletiva pois engloba desde alunos, direção, coordenadores, secretário, professores, porteiro, merendeira, auxiliares enfim toda equipe escolar, mas é um trabalho extra escolar também, pois envolve família e comunidade necessitando parceria para construção do conhecimento escolar.

No entanto para Brasil (2021), os educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem que necessitam desse amparo pedagógico desde o início da vida escolar com alterações no desenvolvimento da leitura, escrita ou dificuldade em manter a atenção, prejudicando assim a aprendizagem, tem por direito assegurado o acompanhamento específico em sala de aula direcionado a sua peculiaridade, pela equipe multiprofissional de saúde.

A proposta deste trabalho está no estudo sobre as dificuldades de aprendizagem na educação do campo trazendo uma reflexão sobre educação especial e fundamentação através da diferenciação entre dificuldades de aprendizagem e distúrbios confrontando a percepção de diferentes autores e trazer para a perspectiva de um melhor direcionamento das estratégias de ensino e dos recursos didáticos utilizados para garantir que todos os alunos aprendam, superando as problemáticas no processo de aquisição do conhecimento.

Foi utilizada como metodologia a pesquisa de caráter qualitativa tendo por embasamento, artigos acadêmicos, revistas científicas, artigos de internet e dessa maneira o referido artigo está dividida em dois tópicos, tendo no primeiro ênfase sobre a educação especial e educação do campo, apresentando por luz os referenciais teóricos e no segundo momento trazendo as definições da dificuldade e distúrbios de aprendizagem elencando: dislexia, disgrafia, disortografia, dislalia, discalculia, e Transtorno do Déficit de Aprendizagem e Hiperatividade (TDAH) e o Transtorno do Processamento Auditivo Central (TPAC) confrontando, debatendo que ao mesmo tempo prezando pela análise teórica para tornar o embasamento do trabalho mais enriquecedor. Desse modo as percepções e peculiaridades sobre o referido tema, traz

atrelado uma reflexão por temáticas que estão intimamente ligadas a questão da dificuldade de aprender, a educação do campo, sendo possível compreender acerca dos baixos índice escolares desse público estudantil.

1. EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO

A questão entre educação especial e educação inclusiva é algo que muitas vezes não é compreendido, tendo em muitos casos uma única concepção, no entanto tem por necessidade que haja essa distinção, pois, educação especial de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) compreende a educação escolar que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência.

Enquanto a educação inclusiva é algo mais amplo e reconhece que todos são diferentes, trazendo a premissa de que o ambiente escolar seja partilhado com os mesmos direitos, ou seja, todos com ou sem deficiência tenham oportunidade de conviver e aprenderem juntos. Muitas vezes não percebemos a interligação dessas temáticas, pois a educação inclusiva engloba a educação especial, assim através dessa percepção que cada dia mais a educação tem se tornado democrática, a escola está aberta ao diverso, ao diferente, para as convenções sociais é nesse sentido ocorre a inclusão concreta e significativa no sistema educacional.

Assim para Cunha (1988), quando relacionamos a questão da diminuição das desigualdades sociais só seria possível essa mudança através de igualdade de oportunidades para todos os indivíduos de uma sociedade. Mas pedagogicamente e em relação ao sistema regular de ensino precisamos compreender esse pensamento e ter um adendo, se imaginarmos os ditos excluídos que eram conhecidos como anormais, fossem tratados com igualdade de condições se tornaria uma forma de excludente.

E nesse sentido precisamos enxergar a escola como um local de aprendizado, reconhecendo que cada aluno é único e apresenta demandas diferentes, apoiando essas diferenças e estimulando o seu desenvolvimento cognitivo para que possa interagir e aprender, tendo por base esperança de equidade e do respeito ao diverso. Entretanto, podemos observar que não é através da igualdade de condições que é necessária para construção de uma sociedade inclusiva, mas através da equidade de condições trazendo essa concepção para as escolas que todos os alunos, tenham o

direito de se desenvolver e conquistar seu lugar na sociedade independente do seu lugar de pertencimento.

Dessa maneira a, educação especial, como é conhecida hoje não surgiu como uma “receita de bolo”, mas passou por diferentes momentos, conquistando a representatividade em nossa sociedade atual, com preocupação sociocultural e didática girando em torno de trazer a escola para um ambiente baseado na valorização dos indivíduos ali inseridos, com aperfeiçoamento construído ao longo da história, em muitos momentos até podemos observar que a temática vem sendo debatida nas diversas mídias de comunicação e nesse sentido, está cada vez mais desmistificando os preconceitos que foram edificados pela sociedade sobre a pessoa com deficiência.

No Brasil historicamente a educação especial iniciou no Brasil império que compreende o período entre os anos de 1854 e 1857 com Dom Pedro II, sendo instituído, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, a primeira instituição voltada para pessoas com deficiência oferecendo educação primária, atualmente é conhecido por Instituto Benjamin Constant (IBC) e em 1856 começou a funcionar uma instituição privada, fundada pelo surdo francês E. Huet, o Colégio Nacional para Surdos-Mudos hoje conhecido por Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no passado tinha por finalidade oferecer educação intelectual, moral e religiosa aos surdos (Pletsch e Damasceno, 2011).

Enfim essa modalidade educacional tinha por intuito, escolas de aprendizes e de artífices, e foi um marco na escolarização de pessoas com deficiência visual. Assim, conforme citado por Mendes (2006, p. 12)

O termo educação especial ainda se encontrava no Brasil até o final de década de noventa vários procedimentos para, primeiramente isolar indivíduos considerados deficientes / diferentes, e serviços centrados na função de efetuar diagnóstico para a identificação, na montagem de arranjos, enquanto que não se discutia currículo e estratégias instrucionais.

É necessário destacar que aconteceu uma infinidade de avanços na área da educação especial, que podemos destacar em algumas leis que foram conquistadas, que amparam e resguardam as pessoas com deficiência, tendo a garantia do seu desenvolvimento social, emocional, pedagógico e cultural, dando enfim seu pleno desenvolvimento.

De acordo com Brasil (1988), é assegurado pela Constituição Federal de 1988, sendo necessário destacar o artigo 205, que traz a concepção de que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada

com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O artigo acima citado, ressalta que a educação é um direito de todos e dever do Estado, no entanto e infelizmente na realidade nem sempre é assim, muitas vezes crianças tem suas matrículas negadas ou negligenciadas em escolas de educação básica por necessitar de um atendimento diferenciado ou complementar, alguns casos não há profissionais qualificados para recebê-los, quando são aceitas enfrentam grandes dificuldades de adaptação tanto por parte da criança, professor e instituição, causando muitas vezes constrangimentos a criança enquanto aluno PCD.

Com essa preocupação, outras leis também foram criadas entre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), criada em 1996 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990 e com intuito de garantir e assegurar os direitos as pessoas com deficiência foi criado a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146 de 2015.

Nesse cenário é imprescindível ressaltar a importância de um marco para a educação especial, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada na Espanha, a Declaração de Salamanca (1994), no qual proclama a inclusão e participação da pessoa com deficiência no sistema educacional como fundamental para construção de uma sociedade democrática, assim devendo conviver em um mesmo ambiente, crianças com deficiência, tidas normais, minorias étnicas e superdotadas, representando a miscigenação de nossa sociedade brasileira e nessa concepção de que os indivíduos tenham a aquiescência em igualdade de oportunidades, é nessa linha ocorra o desenvolvimento de escolas inclusivas que atendam um número elevado de alunos, tanto na área rural e urbana fortalecendo a inclusão.

Assim temos consciência de que a realidade é difícil para construção de escolas inclusivas em comunidades pobres ou de difícil acesso, partindo da premissa da necessidade da inclusão em propiciar aos alunos, conviverem em um mesmo ambiente com troca de experiências tendo suporte pedagógico com adaptações necessárias à complementar seu aprendizado escolar e sociocultural.

No entanto, mesmo amparado por leis, por marcos históricos e diversas conquistas legais para o acesso e inclusão da pessoa com deficiência na escola, no setor de trabalho, muitas pessoas com deficiência tem seus direitos violados, pois só podemos construir uma sociedade inclusiva com práticas que tenham por finalidade

transpor barreiras que impedem ou restringe o acesso e permanência de pessoas com deficiência.

Nesse sentido a inclusão traz a construção do respeito ao diverso com o propósito de reconhecer a necessidade da empatia, assim podemos destacar no setor educacional em especial nas escolas com realidades distintas que são as indígenas, quilombolas e rurais que partilham particularidades no seu processo educacional, onde as estações do ano, localização, cultura e a relação com a comunidade precisam ser levadas em conta. E dessa maneira podemos destacar a educação do campo que é abordada no presente trabalho, refletindo sobre as dificuldades de aprendizagem enfrentada por muitos alunos nessa modalidade de ensino.

Quando relacionamos as palavras Educação X campo temos a perspectiva de que a educação camponesa é vista como algo mínimo, principalmente quando relacionamos a questão do êxodo rural, frequentemente atrelado a melhor qualidade de vida nas cidades, assim a oferta da educação no campo fica apenas para poucos estudantes, no entanto a população rural de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2022, é de cerca de 25,6 milhões de pessoas o que representa 12,6% da população brasileira vivendo em áreas rurais.

Isso nos faz refletir sobre como a educação do campo está sendo tratada, sendo inclusive, tratada como algo de menor importância ou até desnecessária para aqueles jovens e crianças que tem por perspectiva o trabalho braçal, os afazeres agrícolas, enfrentando nesta contradição o processo de escolarização com práticas educacionais não contextualiza com a prática social, sem relacionar o homem e a natureza, dessa maneira se faz necessário trazer a importância do aprender para que os alunos se apropriem dos saberes escolares através da sua realidade.

E muito se fala sobre valorizar as experiências dos alunos e até mesmo em significar a escola como uma extensão da casa, tanto na educação convencional da zona urbana, mas que ocorra principalmente nas escolas da zona rural, onde se tem a necessidade de que a escola não seja apenas uma instituição, com a apropriação de símbolos, mas seja um local que os alunos se sintam acolhidos e consigam construir um ambiente de confiança para se expressar e desenvolver, nesse sentido é primordial que o processo educacional e as práticas estejam de acordo com a realidade, pois como abordar com os alunos, o consumo consciente da água, se os mesmos não tiverem acesso a água potável, saneamento e até mesmo banheiros,

construir uma prática pedagógica que destorce da realidade vivenciada pelos alunos, não faz sentido e nem tem o verdadeiro significado.

Dessa maneira é de grande importância que o educador seja capaz de estudar o local que a escola está inserida, o público atendido, e possa conhecer os pais e responsáveis, as práticas sociais e culturais da comunidade, como forma de que os alunos sintam o pertencimento dos saberes, abordando não apenas os livros didáticos, mas trazendo para eles a importância da geografia do local é sua história, as formas de arte, dança, saberes populares, histórias ou lendas como muitas nasceram e são repassadas de geração em geração, enfim, que o saber seja construído em um alicerce de estímulos positivos com a valorização local, uma vez que, cada comunidade é única e suas peculiaridades proporcionaram diferentes conhecimento locais.

Nesse contexto é necessário compreender que a Educação do Campo se contrapõe-se ao termo educação rural, pois a visão dos trabalhadores do campo como atrasados, sem saberes de valores culturais, identidades próprias, ou seja, desprovidos de educação, no entanto no campo há processos educativos, culturais, com sujeitos produtores de saberes, valores, culturas e identidade. Assim de acordo com Santos; Kolling; Rocha; Molina; Caldart:

Pedagogia do Movimento Sem Terra, cujo sujeito educador principal é o próprio movimento, não apenas quando trabalha no campo específico da educação, mas fundamentalmente quando a sua dinâmica de luta e de organização internacionaliza um projeto de formação humana. Há um processo formativo que começa como enraizamento dos sem-terra (condição de trabalhador da terra desprovido dela) em uma coletividade, que não nega o seu passado e sinaliza um futuro que poderão ajudar a construir, e que continua no movimento contraditório [...]. (2012, p. 25).

É de grande importância que essa modalidade educacional seja debatida, ganhe visibilidade e principalmente que ocorra valorização dos profissionais que atuam em comunidades de difícil acesso, pois a educação camponesa precisa ser entendida como uma maneira a promover o respeito à diversidade, defendendo a inclusão e a concepção de políticas pedagógicas específicas para o ambiente que as escolas estão inseridas, bem como formação específica para esses profissionais da educação, atrelado a participação da comunidade para que só assim, seja possível construir uma educação do campo transformadora. Conforme é debatido por Santos; Kolling; Rocha; Molina; Caldart (2012), a Educação do Campo tem um compromisso com a vida, com a luta e com o movimento social de maneira que construa um espaço para que o homem do campo possa viver com dignidade.

Quando o tocante é relacionado ao professor da educação do campo tem por necessidade construir de forma subjetiva um pilar com ambiente escolar, família e a sociedade, no qual alunos convivem e se relacionam para construção do querer e do aprender, se veem com uma demanda cada vez maior de alunos com dificuldade de aprendizagem, que repetiram de ano, ou foram alfabetizados fora da faixa etária, dificuldade em realizar cálculos matemáticos e ainda muitos enfrentam cansaço ao chegar na escola por precisarem percorrer grandes distâncias a pé, cavalo e motocicleta, para chegar até o ponto da van escolar ou ônibus, com tudo isso os alunos se veem desestimulados e apresentam dificuldades de aprendizagem de maneira prolongada.

Além de tudo que foi mencionado anteriormente é necessário internalizar essa modalidade educacional com problemáticas diversas como: salas de aula multisseriadas, falta de capacitação específica para os professores, pois muitos educadores desconhecem essa modalidade educacional, disponibilidade dos recursos naturais, práticas sociais e estradas de acesso, adequação do calendário escolar ao contexto e as peculiaridades locais e não ao calendário da zona urbana, destacando assim que grande maioria os alunos das comunidades rurais são de baixo poder aquisitivo e em muitos casos a escola é o único local onde se alimentam com maior qualidade nutricional, sendo também local de interação e brincadeira com os colegas, haja vista que muitos ajudam seus responsáveis no contra turno com os afazeres do campo.

Dessa forma analisando o cenário da educação do campo, percebe-se que muito precisa ser feito, e que há um longo caminho para se percorrer na construção de uma educação voltada para sanar as dificuldades de aprendizagem do seu público alvo, para adequações em uma educação camponesa de qualidade, construída com preocupações ambientais, sociocultural e político pedagógica. Está longe da utopia de ideal, mas através do esforço cada vez maior de educadores, uma luta pautada na construção de um futuro com equidade de condições no pleno desenvolvimento do aluno no âmbito do campo.

2. DIFICULDADE X TRANSTONO DE APRENDIZAGEM

Quando relacionamos a questão transtorno X dificuldade de aprendizagem os professores são muitas vezes os primeiros indivíduos a perceberem que as crianças

apresentam alguma deficiência no processo de aprendizagem, no entanto para essa percepção o professor utiliza diferentes estratégias de ensino e quando não obtém sucesso nesse processo, há necessidade de abordar a equipe escolar, a família e o estudante para que ocorra direcionamento adequado na procura por profissionais e equipe multiprofissional para sanar essas dificuldades.

A dificuldade de aprendizagem é algo comum e muitas pessoas apresentam dificuldade para aprender a tocar um instrumento, aprender uma nova língua, redigir uma redação, construir um artigo científico, enfim o problema é quando essa dificuldade se torna algo persistente impossibilitando o avanço pedagógico do aluno. A realidade de muitos professores e em especial, a que os professores de escolas do campo se deparam no progresso da aprendizagem dos alunos.

Para Smith e Strick (2001), as dificuldades de aprendizagem são deficiências no processo de aprendizagem, onde a capacidade para entender, recordar e até mesmo comunicar informações do que está sendo observado, a preocupação de muitos estudiosos e pedagogos é sobre o aumento vertiginoso dessas interferências, além de que tem ligação externa à criança, como: ambiente em que ela está inserida, questões afetivas e emocionais, dificuldades de socialização.

Muitas vezes o ambiente familiar e social em que a criança está inserida influencia negativamente no seu desenvolvimento escolar, trazendo para sala de aula, dificuldade de concentração, irritabilidade, falta de interesse e isso afeta significativamente sua capacidade de aprendizagem.

Na educação camponesa é perceptível alto índice de dificuldade de aprendizagem, uma vez que muitos alunos percorrerem longos percursos enfrentando trajetos que muitas vezes duram mais de uma hora e assim, já chegam na escola cansados, com fome, além de escolas mal estruturadas e com poucos recursos didáticos, estratégias de ensino que destoam da sua realidade, imaginamos debater sobre o uso consciente da água com alunos que não possuem acesso a água potável e saneamento básico, a realidade de muitos alunos e suas famílias camponesas é difícil e não veem na educação uma maneira de mudar de vida, passando essa perspectivas para as crianças que se tornam desestimuladas no processo pedagógico e dessa maneira muitas vezes o professor se pergunta sobre como é possível mudar essa realidade.

A ação do professor nesse sentido é importante sobre como intervir com a estratégia adequada no acompanhamento dessas dificuldades de aprendizagem com

intuito de minimizar as problemáticas que são identificadas e sanar de maneira que o aluno consiga continuar sua trilha de aprendizagem (Santos, 2015). Com isso vale destacar que na educação camponesa é necessário que o professor tenha conhecimento específico acerca da educação do campo a fim de minimizar e melhor compreender as dificuldades que os estudantes apresentem no processo de aprendizagem. Dessa maneira podemos diferenciar os transtornos de aprendizagem como algo persistente.

De acordo com afirmado por Magno, (2020, p. 10) Transtorno pode ser compreendido como um conjunto de sintomas que manifestam um quadro clínico, apresentando uma alteração de saúde nem sempre vinculado à uma doença. Já o Distúrbio se configura como um mal funcionamento de um órgão ou sistema específico. Devido à dificuldade do diagnóstico dos Transtornos/ Distúrbios de Aprendizagem, os pesquisadores acordaram em reunir as definições e conceitos para melhor compreender e atender os fenômenos da aprendizagem.

Segundo Franceschini; Aniceto; Oliveira; Orlando (2015), os distúrbios de aprendizagem estão na categoria de transtornos do desenvolvimento psicológico, dessa forma são considerados, transtornos específicos do desenvolvimento e podemos elencar em: dislexia, disgrafia, dislalia, disortografia, discalculia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH e Transtorno do processamento auditivo central - TPAC.

Assim é necessário destacar a importância da avaliação do aluno com Transtorno de Aprendizagem, seja feito por uma equipe multiprofissional, englobando diferentes profissionais onde podemos citar (médico, fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo e terapeuta), e dessa maneira seja estudado e diagnosticado, possibilitando tratamento e apoio adequado, de maneira que o professor conseguirá direcionar o planejamento e adequação das atividades propostas.

Infelizmente essa realidade é bem distante, desse ideal de multiprofissionais dentro da escola, onde se busca lutar com os profissionais disponíveis, quando há, no ambiente escolar causando frustração muitas vezes nos profissionais da educação tentando manter uma luta diária para transformar a realidade do aluno e mantê-lo no âmbito escolar com curiosidade e vontade de aprender. Para melhor compreensão apresentamos a seguir os seguintes transtornos:

Dislexia é um transtorno que afeta o aprendizado nos campos da leitura e escrita. O disléxico apresenta dificuldade em decodificar as letras, em associar o símbolo gráfico com o som que elas apresentam, assim atividades que envolvem decodificação das letras e leitura se torna uma dificuldade enorme conforme é relatado por Rotta; Ohlweiler; Riesco (2016). Dessa maneira necessita que essa clientela tenha adaptações na metodologia de ensino, estando adequadas as suas necessidades educacionais, com atividades de rima, inversão fonêmica, leitura de palavras e de textos, estudo com morfemas e fonemas possibilitando a construção e desenvolvimento do aluno.

De acordo com a Associação Portuguesa de Pessoas com Dificuldades de Aprendizagem Específicas (2011), a Disgrafia e a disortografia são transtornos da escrita e que muitas vezes são confundidos ou associados a um único transtorno por conta da terminalidade das palavras, assim precisamos entender suas peculiaridades e dessa maneira procurar facilitar a identificação pelo professor em sala de aula, destacando as características desses transtornos.

Destacamos a disgrafia como um desviante em relação à norma padrão da grafia apresentando a deficiência na escrita com letras pouco diferenciadas e mal elaboradas. Ainda que o processo de aprendizagem da escrita seja algo lento e longo, para Coelho (2019), os aspectos psicomotores estão intimamente ligados e precisam ser trabalhados como a postura, dissociação de movimentos, representação mental do gesto necessário para o traço e coordenação motora, assim aspectos relacionados com o grafismo, no qual o professor deve estimular atividades com a escrita, pintura, desenho, modelagem, dessa maneira o professor necessita manter o reforço positivo quanto a caligrafia desenvolvida pelo aluno e o incentivo que a criança faz para o desenvolvimento da grafia.

Vale ressaltar que as crianças em processo de alfabetização apresentam letra “feia”, mas quando as dificuldades no traçado das letras se tornam contínuo é preciso atenção por parte do professor bem como dos responsáveis, com utilização de metodologias que reforcem o desenvolvimento da coordenação motora, cadernos de grafia e atividades grafomotoras.

Já a disortografia é um transtorno que muitas vezes está associado com a dislexia e pode ser confundido se não bem avaliado, para o autor Pereira (2009), a disortografia se mostra como uma perturbação que afeta as aptidões da escrita e que se traduz por dificuldades persistentes e recorrentes na capacidade da criança em

compor textos escritos, essas dificuldades concentram-se na organização, estruturação e composição de textos escritos, a construção frásica é pobre e geralmente curta, observa-se a presença de múltiplos erros ortográficos e por vezes má qualidade gráfica.

A disortografia é um transtorno específico da escrita e interfere diretamente no processo de aprendizagem da ortografia, mas também da gramática mesmo o indivíduo tendo potencial intelectual adequado para a idade, acarretando falta de interesse em escrever, troca de sílabas, substituição e ou omissão de letras, bem como não associar fonemas e grafemas e dessa maneira o professor precisa propiciar ao educando maior suporte pedagógico.

Outro transtorno muito comum nas salas de aula, mas pouco debatido é a dislalia compreende uma dificuldade na fala, afetando a pronúncia das palavras, acarreta inclusive erros na escrita. De acordo com Souza (2016), explicam que a dislalia se apresenta de formas diferentes podendo desaparecer durante o desenvolvimento da criança, mas também pode ocorrer por problemas em casos de lesão no encéfalo ou alteração na boca, impossibilitando a correta pronúncia. Dentro da sala de aula essa problemática é muito comum e necessita que a criança tenha acompanhamento com fonoaudiólogo além de estímulos para melhorar a fala na escola e em casa, pois esse transtorno pode perdurar até a vida adulta, e algo curioso que podemos destacar como referência é o personagem da Turma da Mônica, o Cebolinha que troca as letras “R” pelo “L”.

Até o momento foi debatido transtornos que englobam campo da leitura, escrita e fala, mas há também o transtorno da matemática ou dos números, a discalculia para Girotto; Girotto; Oliveira (2015), se trata de uma desordem neurológica que afeta a habilidade de uma pessoa em executar operações matemáticas ou aritméticas, esse tipo de transtorno é muito frustrante para as pessoas que possuem, pois os números estão presentes no dia a dia de maneira íntima, e se acentua ainda mais no ambiente escolar em que as crianças têm o primeiro contato. Assim as crianças que são diagnosticadas com discalculia necessitam que a estratégia empregada pelo professor em sala de aula tenha como premissa a ludicidade e interatividade para que os alunos associem os símbolos matemáticos e dessa forma possam compreender as quatro operações matemáticas, o professor pode construir como materiais pedagógicos trilhas, roletas matemáticas, uso de material dourado, ábaco,

calculadoras, e afins, estimulando dessa maneira o interesse e a curiosidade da criança.

Dando prosseguimento aos transtornos estudados é necessário abordar ainda o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), que é caracterizado por desatenção, hiperatividade e impulsividade, uma desordem comportamental frequente na infância que dificulta a concentração, realização as tarefas (Gomes; Palmani; Barbirato; Rohde; Mattos, 2007). O TDAH não tem cura, no entanto pode ser tratado de modo a minimizar os sintomas e a pessoa poder levar uma vida normal, combinando medicamentos e psicoterapia.

No entanto é necessário salientar que muitas crianças e adolescentes que não tem TDAH e estão frequentemente apresentando comportamentos que se assemelham ao quadro clínico, essa observação é possível na jornada diária como professora em se deparar com situações em que algumas crianças e adolescentes apresentam irritabilidade excessiva, ansiedade, inquietação constante e impulsividade devido ao uso prolongado celulares com jogos online e uso de redes sociais, essa problemática tem afetado o desenvolvimento das atividades escolares e consequentemente também social, por toda essa caracterização esses indivíduos tem desenvolvido hiperfoco no mundo virtual e construído vidas paralelas a real onde o tempo resposta e facilidade de informações é instantânea.

Já o Transtorno do Processamento Auditivo Central (TPAC), não é muito conhecido e debatido, caracteriza-se pelo do déficit sensorial no qual o indivíduo não detecta os sons normalmente.

Baseado em Souza; Marques; Escarce; Lemos (2020), estima que cerca de 2% a 5% das crianças em idade escolar com queixas relacionadas ao desenvolvimento escolar e ao aprendizado apresentem o TPAC, entendemos que esse transtorno se torna mais difícil de ser diagnosticado por ainda ser pouco conhecido no meio educacional e o seu diagnostico requer avaliação de médico fonoaudiólogo, pois nas pessoas com TPAC o cérebro é incapaz de processar corretamente o que foi dito, havendo problemas na via auditiva de transmissão do som e a mensagem perdida, com isso o processamento das informações auditivas é prejudicado havendo dificuldade de ouvir, compreender e interpretar a fala e consequentemente atrapalhando o desenvolvimento escolar e social do indivíduo.

Dessa maneira pessoas com TPAC enfrentam dificuldades em ter o diagnóstico fechado por apresentar características que se assemelha a outros transtornos

podendo ser confundidos ou ainda serem julgados no ambiente escolar com falta de interesse, desatencioso.

Podemos observar a necessidade da interação entre família e escola para o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes, uma vez que independente da cultura, religião, localidade onde reside todas podem apresentar em algum momento da vida dificuldade de aprendizagem, enquanto as pessoas que apresentam características que se assemelham aos distúrbios precisam receber o amparo médico, equipe multiprofissional, estratégias de ensino adequada pois são direitos garantidos pelas leis e decretos para que assim possam ser no futuro cidadãos conscientes e participativos na vida social.

3 METODOLOGIA

Foi utilizada como metodologia a pesquisa de caráter qualitativa, abordando diferentes artigos acadêmicos, revistas científicas, artigos de internet, que tinham por base a educação especial e educação do campo, trazendo as dificuldades e os distúrbios de aprendizagem para confrontar com experiência e observação pessoal, dessa maneira foi possível refletir sobre os diferentes distúrbios e debater sobre as peculiaridades entre eles apresentando: dislexia, disgrafia, disortografia, dislalia, discalculia, abordando o Transtorno do Déficit de Aprendizagem e Hiperatividade-TDAH e Transtorno do Processamento Auditivo Central-TPAC, assim com o presente estudo foi possível compreender que a aprendizagem envolve diferentes fatores e para educação do campo ocorre a necessidade de haver um olhar acerca dessa modalidade educacional como um processo contínuo para a vida e contribua de maneira significativa para o seu desenvolvimento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do estudo bibliográfico acerca da educação especial, educação do campo, traz um debate sobre dificuldade e transtornos de aprendizagem, assim identifica-se a necessidade de construir uma educação do campo que valorize as experiências locais, que priorize os valores sociais, a consciência sobre a preservação ambiental para que seja possível alcançar uma educação alicerçada em princípios que priorize o aprender com qualidade.

Para que esse propósito seja alcançado é necessário que os professores em especial da educação camponesa compreendam as peculiaridades do seu público estudantil para que seja possível traçar metas, estratégias, acolhendo e proporcionando o pleno desenvolvimento cognitivo, social e emocional do aluno. Pois é primordial que o professor consiga identificar e diferenciar essas dificuldades no aprender para poder sanar e também direcionar o educando ao atendimento especializado para melhor investigação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado propôs uma reflexão sobre os conceitos de educação especial e reflexão sobre a educação do campo trazendo para o trabalho a caracterização do que compreende dificuldades e transtornos de aprendizagem. E através da análise bibliográfica foi possível compreender que a educação é um processo de constante evolução e quando abordamos a educação do campo compreendemos sua importância e as dificuldades dessa modalidade educacional permeia.

No entanto é necessário que quando debatido sobre o cenário da Educação do Campo seja reafirmado a importância de enfatizar como parte integrante a experiência acumulada de luta pela terra, pela subsistência, pois só assim será possível a construção de uma modalidade educacional pautada na qualidade do ensino e comprometida com a classe trabalhadora tão marginalizada pelo sistema educacional brasileiro.

Assim percebe-se que o diverso é o sinônimo da sala de aula sendo de fundamental importância que o professor conheça e compreenda as diferenças existentes na aprendizagem dos alunos, a partir dessa premissa ter como proposta uma postura investigativa sobre as condições neurológicas, culturais, socioeconômicas, familiares e emocionais de todos os alunos que apresentem dificuldade no processo de aquisição do conhecimento.

Diante dos vários fatores que interferem na aprendizagem dos alunos de maneira negativa ocorre a necessidade que o professor busque constantemente

aperfeiçoamento com intuito de poder proporcionar a seus alunos um atendimento mais adequado, pois a dificuldade ou o distúrbio de aprendizagem somente será superada total ou parcialmente quando cada aluno que apresente essas características tenha seu ritmo de aprender e assimilar o conhecimento respeitado.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ênio Roberto de; SCHEUER, Claudia. **Análise da eficácia do metilfenidrato usando a versão abreviada do questionário de Conners em transtorno de déficit de atenção / hiperatividade**, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0004-282X2004000100014>>. Acessado em: 25 de jul de 2024.

Associação Americana de Psiquiatria (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtorno mentais: DSM-5**. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Revisão técnica de Aristides Volpato Cordioli et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Associação Portuguesa de Pessoas com Dificuldades de Aprendizagem Específicas- (APPDAE). (2011). **Disgrafia**. Disponível: <http://www.appdae.net/disgrafia.html>. Acessado em: 20 de jul. de 2024.

BRASIL, 2021. **Lei nº 14.254 de 30 de novembro de 2021**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=lei&numero=14254&ano=2021&ato=a27izye9umzpwt004>>. Acessado em: 10 de abr. de 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 02 de ago. de 2024.

CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Fabricia Bignotto de.; CRENITTE, Patrícia Abreu Pinheiro., CIASCA, Sylvia Maria. Distúrbios de aprendizagem na visão do professor. **Psicopedagogia**, São Paulo, n. 75, v. 24, 2007. Disponível: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S010384862007000300003&script=sci_abstract. Acessado em: 02 de ago. de 2024.

COELHO, Diana Tereso. **Dificuldades de aprendizagem Específicas**: Dislexia, Disgrafia, Disortografia e Discalculia. 1ª Edição. Editora Vozes. 2019.

CUNHA, Beatriz Belluzzo Brando. **Classes de Educação Especial para Deficientes Mentais**: Intenção e Realidade”, dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1988.

Declaração de Salamanca: **Recomendações para a construção de uma escola inclusiva**, 1994/Coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete; Fabio Aranha. Brasília :Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie3.pdf>>. Acessado em: 19 de jul. 2023.

FRANCESCHINI, Belinda Talarico; ANICETO, Gabriela; OLIVEIRA, Sabrina David de; ORLANDO, Rosimeire Maria. **Distúrbios de aprendizagem**: disgrafia, dislexia e Discalculia. Educação, Batatais, v. 5, n. 2, p. 95-118, 2015. Disponível em: <<http://claretianobt.com.br/download?caminho=/upload/cms/revista/sumarios/399.pdf&arquivo=sumario5.pdf>>. Acessado em: 16 de jul. de 2024.

GIROTTTO Patrícia Rodrigues Camargo; GIROTTTO Edmarlon; OLIVEIRA Batista de Junior. **Prevalência de Distúrbios da Escrita em Estudantes do Ensino Fundamental**: uma Revisão Sistemática. UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ., Londrina, v. 16, n.4, p. 361-366, 2015.

GOMES, Marcelo; PALMANI, André; BARBIRATO, Fabio; ROHDE, Luis Augusto; MATTOS, Paulo. **Conhecimento sobre transtorno do déficit de atenção/hiperatividade no Brasil**. Jornal brasileiro de psiquiatria, Rio de Janeiro. Val 56, n.2. p 94-101, 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas->

[urbanas#:~:text=Segundo%20o%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022,%25\)%20estavam%20em%20%C3%A1reas%20rurais>\]. Acessado em 20 de nov. de 2024.](#)

MAGNO, Alexon Bezerra Seabra. **Distúrbios e transtornos de aprendizagem:** aspectos teóricos, 1.ed. metodológicos e educacionais [recurso eletrônico] / [org.] Magno Alexon Bezerra Seabra. – 1.ed. – Curitiba, PR: Bagai, 2020. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/584716/2/Editora%20BAGAI%20-%20Dist%C3%BArbios%20e%20Transtornos%20de%20Aprendizagem.pdf>>. Acessado em: 20 de out. de 2024.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da Educação Especial no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 33, p.12, set./dez. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em 25 de ago. 2024.

PEREIRA, Kátia Helena. **Transtorno do processamento auditivo central :** orientando a família e a escola [livro eletrônico] / Kátia Helena Pereira. – São José/SC: FCEE, 2018. Disponível em: <https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/4477/TranstornoProcessamentoAuditivoCentral_digital_15838677518758_4477.pdf>. Acessado em: 02 de ago. de 2024.

PEREIRA, Rafael. **Dislexia e disortografia- Programa de intervenção.** Montigo: Humanity Friends book, 2018.

PILETTI, Nelson. **Psicologia Educacional.** São Paulo: Ática, 1999.

PLETSCH; Damasceno. Márcia Denise e Allan. **Educação especial e inclusão escolar:** reflexões sobre o fazer pedagógico. 1 ed. EDUR- Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

ROMAGNOLI, Gislene Coscia. **Discalculia:** Um desafio na Matemática. Trabalho realizado para obtenção do grau de especialista em Distúrbios de Aprendizagem, Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem, São Paulo, 2008.

ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESCO, Rudimar dos Santos. **Transtornos da Aprendizagem:** abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2016.

SAMPAIO, Simaia. **Dificuldades de aprendizagem**: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

SANTOS; KOLLING; ROCHA; MOLINA; CALDART. **Dossiê educação do campo**: documentos 1998-2018. Brasília, DF: Ed. UnB, 2020.

SCHOCHAT, E. **Testes auditivos comportamentais para avaliação do processamento auditivo central**. Barueri: Pró-Fono, 2011.

SMITH, Corinne; STRICK, Lisa. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z**: um guia completo para pais e educadores. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre. Artmed, 2001.

SOUSA, Ivan Vale. **Letramento, Linguagem e Inclusão**: um estudo dislábico em Maurício de Sousa. ARTEFACTUM - Revista de estudos em Linguagens e Tecnologia, v. 13, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/ribanceira/article/view/1244>. Acessado em: 16 de agos. De 2024.

SOUZA, Juliana Porto. **Transtorno de aprendizagem**: da teoria à prática. Santa Maria, 2023. Disponível: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/511/2024/02/EBook_pronto_Juliana_Porto_de_Souza.pdf>. Acessado em 09 de abr. de 2024.

SOUZA; Cintia Alves de; MARQUES, Danielle Cristine; ESCARCE, Andreza Gonzalez; LEMOS, Stela Maris Aguiar. **Processamento auditivo central e processos de leitura em crianças e adolescentes: revisão integrativa**. Programa de Ciências Fonoaudiológicas, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/acr/a/ySKpvn8BcYSs5vC36DzYLVc/?lang=pt#>>. Acessado em: 02 de ago. de 2024.